

## **Histórico do Plano Estadual de Educação de Alagoas 2005-2015**

Tendo em consideração o que determinavam as Leis Federais 9.394/96 (LDBEN) e 10.172/2001 (PNE), que não somente estabeleciam a obrigatoriedade dos Estados e Municípios brasileiros, a exemplo do que competia à União, definir, mediante diploma legal, seus planos decenais de educação, mas fixavam prazos para a formalização desses planos, o Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE/AL), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL), o Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos (FAEJA), o Fórum Alagoano em Defesa da Educação Infantil (FADEI), o Programa de Assessoramento Técnico-Pedagógico aos Municípios Alagoanos (PROMUAL/CEDU/UFAL) e outras entidades e organizações ligadas à educação, apoiados no art. 2º da já referida Lei 10.172/2001, passaram a interpelar, ainda em inícios de 2002, o Poder Público Estadual, representado nos titulares da Secretaria Executiva de Educação do Estado, no sentido de pôr em andamento a montagem do PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, a ser apresentado ao Legislativo Alagoano o quanto antes, a fim de se converter em norma legal.

Desde os primeiros contatos com a Secretária Maria José Pereira Viana, no 1º semestre de 2002 e com o Secretário Marcos Vieira, no 2º semestre desse mesmo ano, a proposta já apresentada pelo Conselho Estadual de Educação era a da constituição de um Comitê Gestor para a construção do PEE/AL, o qual, por sua vez, reorganizar-se-ia em Sub-Comitês por tema, ampliando-se até a construção de um ante-projeto a ser discutido e validado pela Sociedade Alagoana.

Não tendo logrado êxito na demanda que insistentemente passou a ser apresentada à Secretaria Executiva de Educação do estado de Alagoas, durante todo o 2º semestre de 2002, qual seja, a apresentação das condições para construção, discussão e aprovação do PEE/AL, o Conselho Estadual de Educação e as entidades que a ele se juntaram, viram tornar-se realidade, no 1º semestre de 2003, graças ao acatamento da reivindicação por parte da Secretária Rosineide Lima Lins Costa, a nomeação do Comitê Gestor do PEE/AL, cujos trabalhos logo se instalaram, tendo como espaço de funcionamento o Plenário do CEE/AL.

Nesse processo de ampliação e avanço do trabalho de construção do PEE/AL, ainda no ano de 2003, foi de suma importância o engajamento da Coordenadoria de Gestão Educacional – CGE, da SEE/AL, que não somente participou da mobilização e da construção do plano, mas se empenhou em inserir a discussão e formalização do texto final do PEE/AL na Constituinte Escolar prevista para ser realizada no final daquele ano. Com isso, toda a sociedade alagoana far-se-ia presente nas diretrizes e metas a serem consolidadas e apresentadas ao legislativo estadual para a educação de Alagoas no decênio 2005/2015.

Infelizmente, com a inviabilização do Congresso Constituinte Escolar, em fins de 2003, segundo o Secretário de Educação da época por problemas de ordem financeira, os trabalhos do Comitê Gestor e dos Sub-Comitês Temáticos do CEE/AL vieram a sofrer uma diminuição no ritmo de seus trabalhos devido à frustração e à conseqüente perda de elã de muitos de seus participantes que, após um esforço ingente para viabilizar a participação e finalização do ante-projeto do PEE/AL, viam o Poder Executivo Estadual, mesmo premido por prazos vencidos e insistentes cobranças do Congresso Nacional, deixar passar a oportunidade de exercer a Gestão Democrática do ensino em sua plenitude, inclusive na dimensão e vulto que seriam imprimidos pela construção de um plano macropolítico de educação voltado para toda a sociedade alagoana e com a ampla participação desta.

Prevaleceu, contudo, a consciência democrática e cidadã dos integrantes dos Comitês – sobretudo do Comitê Gestor, através de suas lideranças, é bom que se diga -, o que fez com que os trabalhos de construção do PEE/AL fossem retomados em 2004, com maior entusiasmo ainda. Para isso, evidentemente, contribuíram positivamente a palavra do Secretário Maurício Quintella Malta Lessa, que se comprometeu com a realização do II Congresso Constituinte Escalar – CECEAL, no final daquele ano, e a sempre presente participação da Coordenação de Gestão Educacional – CGE que garantiu, de forma articulada com o Comitê Gestor do PEE/AL, a inserção da discussão do ante-projeto em todo o território alagoano, juntamente com a discussão da Constituinte Escolar e sua validação no próprio congresso, com a aprovação de 756 delegados, dando, assim, legitimidade ao texto do Plano Estadual de Educação.

Assim, cumprida a palavra do Secretário Maurício Quintella e realizado o II CECEAL nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2004, contou o Comitê Gestor do PEE/AL com o último dia para fechar as discussões que já haviam acontecido na base, através das jornadas preparatórias do Congresso Constituinte.

Para dar conta das políticas definidas, optou-se pela seguinte estruturação no PEE/AL, que procurou seguir, sempre que possível, a mesma delineada pelo PNE. Na organização dos diversos temas seguiu-se, igualmente, a estrutura do PNE :

1. Diagnóstico de cada nível ou modalidade de ensino, caracterizando os problemas existentes e esboçando já nesse diagnóstico, os pontos cruciais a serem atacados;
2. Diretrizes político-pedagógicas para as ações a serem desenvolvidas, como forma de imprimir sentido e substância às ações propostas;
3. Objetivos e Metas como forma de caracterizar intenções finalistas (nos objetivos) e elementos quantificados e mensuráveis capazes de serem monitorados e avaliados na sua execução.

Conforme encontra-se definido no PNE, cabe a esse PEE também a máxima de que os objetivos e as metas aqui definidos “somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano de Estado, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma”.

O primeiro semestre de 2005, foi o período planejado para o trabalho de revisão coletiva pelo Comitê Gestor, das políticas aprovadas no Congresso, em seguida, foi realizada a revisão lingüística, revisão das leis específicas da educação, revisão bibliográfica, editoração e diagramação do texto do PEE/AL.

Em 22 de setembro de 2005, o Plano foi entregue solenemente ao Exmo. Sr. Secretário Maurício Quintella. No final do mesmo ano, dia 15 de dezembro de 2005, foi entregue também solenemente ao representante do Executivo, o Vice-Governador, na época, Luiz Abílio de Souza Neto e por fim, o Executivo encaminhou o PEE/AL ao Legislativo, no dia 08 de março de 2006.

Atenciosamente,  
Somaya de Albuquerque Souza  
Coordenadora do Comitê Gestor do Plano Estadual de Educação